



JUSTIFICATIVA DA DISPENSA, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ICÓ/CE.

A Câmara do Município de Icó-/CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Ilídio Sampaio, 2071 - Centro - Icó/CE, CEP: 63430-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.737.977/0001-72, neste ato representado pelo seu ordenador de despesas Sr. Marconiêr Chagas Mota, por intermédio do Agente de Contratação, necessita adquirir os serviços mencionados no objeto acima mencionado:

1. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratação cujo valor seja inferior ao limite legal estabelecido para compras e serviços comuns, observados os valores atualizados anualmente pelo Governo Federal.

Conforme estimativa constante no presente Termo de Referência, o valor global da contratação para o fornecimento de mobiliário em geral destinado à Câmara Municipal de Icó/CE encontra-se compatível com o limite previsto na legislação vigente, tornando juridicamente viável a realização da contratação direta por dispensa de licitação.

A contratação mostra-se necessária para garantir a adequada estruturação dos ambientes administrativos e operacionais do Poder Legislativo Municipal, proporcionando melhores condições de trabalho, organização, ergonomia e atendimento ao público.

Ressalta-se que a realização de procedimento licitatório em modalidade competitiva convencional se mostraria mais onerosa para a Administração Pública, considerando os custos administrativos do processo, os prazos necessários para sua conclusão e a baixa complexidade do objeto, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e celeridade administrativa. Destaca-se, ainda, que foram realizadas pesquisas de preços visando verificar a compatibilidade dos valores praticados no mercado, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Registra-se também que a presente contratação não caracteriza fracionamento indevido de despesa, estando a Administração observando os princípios do planejamento, legalidade, eficiência e interesse público.

Dessa forma, estando atendidos os requisitos previstos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a presente dispensa de licitação para prosseguimento da contratação pretendida.



2. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação pretendida, foi: FUTURE PRODUTOS & SERVIÇOS, inscrita no CNPJ nº: 47.234.973/0001-59, com sede na Rua 11 (Lot Alto da boa vista), bairro São Bento, fortaleza/CE que apresentou o MENOR PREÇO entre as propostas apresentadas no valor de R\$ 60.800,00 (Sessenta Mil e Oitocentos Reais).

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços as quais seguem anexo as cotações, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado. Bem como foi dado publicidade via aviso de dispensa de licitação na forma prevista no art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

A prestação de serviço disponibilizado pela contratada supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço e qualificação técnica.

3. DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No processo em epígrafe, restou comprovado ser o menor preço de mercado praticado com a Administração.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 75, anexo ainda estimativas de despesas, seja pela cotações anexas nos termos art. 72, inc. II da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), após a cotação, é optado no presente processo o critério menor preço, conforme critérios de julgamentos previsto no art. 33, inc. I da Lei n. 14.133/2021, assim verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que a devida habilitação jurídica, não deixando de se observar a regularidade fiscal. Destacando ainda que encontram-se atendidos ainda o disposto no art. 75 da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

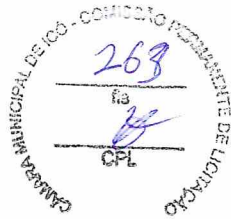
- I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
- II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-los em qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e seguintes, em especial o art. 68 da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão



aferidas mediante averificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Resta deixar consignado que a empresa FUTURE PRODUTOS & SERVIÇOS demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade de fiscal.

5. CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de licitação dos certames licitatórios.

Do acima exposto, no bastante o interesse em contratar a referida empresa, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Assim, submeto a presente justificativa ao Secretário nos termos do art. 72, inc. VIII da Lei n.º 14.133/2021.

ICÓ/CE, 19 de maio de 2026.


ALEXANDRE ALISSON LIMA DA SILVA
Agente de Contratação